Direito Ambiental e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável no Brasil

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Nayara Sthefany Corrêa Reis
Karine Ferreira Barbosa

Categoria do Trabalho

Extensão

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

Introdução

O Direito Ambiental no Brasil tem evoluído em resposta ao crescente impacto da atividade econômica no meio ambiente. A Constituição de 1988 e a legislação infraconstitucional, como a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, buscam equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. A relevância desse equilíbrio é ainda mais evidente em um contexto de intensificação do desmatamento e mudanças climáticas globais. Este estudo aborda a importância da proteção ambiental na legislação brasileira e explora as tensões entre crescimento econômico e sustentabilidade, ressaltando os desafios enfrentados pela sociedade brasileira.

Objetivo

Analisar a legislação ambiental brasileira e discutir a sua efetividade na promoção de um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Material e Métodos

A pesquisa utiliza metodologia qualitativa, com base em revisão bibliográfica de normas, doutrinas e jurisprudência sobre Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Foram analisados documentos legais como a Constituição Federal, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e relatórios de órgãos ambientais. Além disso, foram consultados estudos de caso de conflitos entre desenvolvimento e preservação, com foco na Amazônia.

Resultados e Discussão

A legislação brasileira é robusta em termos de proteção ambiental, com mecanismos legais como o licenciamento ambiental e a criação de áreas protegidas. No entanto, sua aplicação enfrenta desafios devido à falta de fiscalização eficiente, interesses econômicos poderosos e pressão por crescimento econômico em setores como o agronegócio. O estudo indica que, embora a legislação reconheça a importância do desenvolvimento sustentável, a implementação prática é dificultada pela falta de recursos e conflitos de interesses entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico. Discussões recentes mostram a necessidade de políticas públicas mais integradas e fiscalizações rigorosas para garantir o equilíbrio proposto pela legislação.

Conclusão

A legislação ambiental brasileira oferece ferramentas importantes para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, mas sua eficácia depende de uma aplicação mais rigorosa e políticas públicas que conciliem crescimento econômico com preservação. O avanço sustentável no Brasil exige maior comprometimento do governo e da sociedade civil para garantir que o desenvolvimento ocorra sem comprometer os recursos naturais.

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Estudos de caso sobre a Amazônia, publicações da Agência Nacional de Águas e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).